

	<p style="text-align: center;">Colégio Santo Agostinho – Novo Leblon</p> <p>Ens. Médio Série: 1ª</p> <p>Disciplina: Geografia Prof: Paulo Victor</p> <p style="text-align: center;">Texto de Apoio</p>	
---	--	--

O “choque do novo” e a questão do desemprego tecnológico

Talvez o problema mais grave que se coloca no início do terceiro milênio é a ameaça do chamado desemprego tecnológico, ou seja, o desemprego gerado pela combinação da utilização em grande escala da tecnologia de informática e telecomunicações aliada às novas técnicas gerenciais como meio de aumentar a produtividade das empresas com a conseqüente redução da necessidade mão-de-obra.

Os estudiosos do problema costumam se dividir em dois grupos com opiniões divergentes. De um lado existem os **pessimistas** ou “Profetas do desemprego maciço” como os chamou Manoel Castells. Esses seriam, principalmente, o grupo representado pelo “Clube de Roma” que formula a questão da seguinte forma:

“Se acontecer com o emprego industrial o mesmo que ocorreu com o rural, não haverá empregos suficientes no setor de serviços para substituí-los porque os próprios empregos desse setor estão sendo rapidamente automatizados e eliminados” (CASTELLS)

Essa posição é muito bem expressa por Jeremy Rifkin: “O desemprego global atingiu agora seu nível mais alto desde a grande depressão da década de 1930, Mais de 800 milhões de seres humanos no mundo estão desempregados ou subempregados”. O único problema é que costumam fazer análises um tanto superficiais da questão, se restringindo ao relato de casos isolados que consideram alarmantes e que demonstrariam por si mesmos, suas preocupações.

Essas idéias costumam ser refutadas pelos **otimistas**, adeptos do que poderíamos chamar de teoria clássica do “pós-industrialismo”, esse grupo costuma colocar a questão da seguinte maneira:

“A atividade econômica mudaria de produção de bens para prestação de serviços. O fim do emprego rural seria seguido pelo declínio irreversível do emprego industrial em benefício do emprego do setor de serviços, que em última análise, constituiria a maioria esmagadora das ofertas de emprego. Quanto mais avançada a economia, mais seu mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços” (CASTELLS).

E concluindo:

“A nova economia aumentaria a importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades. As profissões administrativas, especializadas e técnicas cresceriam mais rápido que qualquer outra e constituiriam o cerne da nova estrutura social” (CASTELLS).

Assim, segundo o partido “otimista”, não há nada com o que nos preocupar, após um período de ajustes, a eliminação de empregos nos setores convencionais seria largamente compensada por uma grande oferta de novos postos de trabalho no setor de serviços, com toda uma crescente terciarização das atividades produtivas. Esses novos postos de trabalho, no entanto, exigiriam alta qualificação profissional. A solução portanto seria simples: Aumentar o nível de escolaridade e a capacitação técnica da população.

Infelizmente não é o que se observa no dia a dia, notadamente nos países da periferia do capitalismo e os números de todas os países demonstra que o partido “pessimista” tem razão. Falta descobrir porque. O próprio Castells nos dá uma boa pista ao tentar refutar em parte os “pessimistas”:

De acordo com esse raciocínio, talvez haja uma redução potencial do emprego em consequência da difusão das novas tecnologias de informação, apenas se:

- a expansão da demanda por bens e serviços não compensar o aumento da produtividade da mão-de-obra; e
- não houver reação institucional (dos governos) a essa desproporção, reduzindo a jornada de trabalho, mas não os empregos” (CASTELLS).

Podemos concluir, portanto, que mesmo os “otimistas” concordam que para tudo dar certo é necessário evitar a combinação fatídica entre estagnação da demanda por bens e serviços e inércia dos governos. Em outras palavras, se não houver um “espetáculo do crescimento” em termos globais e os governos não forem capazes de intervir para reduzir as jornadas de trabalho e qualificar a mão-de-obra em países da periferia do capitalismo, as consequências serão as descritas pelos “pessimistas”.

Ainda tentando apontar alternativas para o problema, vamos considerar os esforços feitos em cada país na busca pela inserção à economia-mundo globalizada. O que fica claro a partir de discursos e escritos das pessoas que estão à frente de grandes corporações transnacionais e que são responsáveis pela definição das políticas de governo destinadas a promover o desenvolvimento é o seguinte:

É necessário promover agressivamente o aumento dos níveis de produtividade, mesmo a custo do aumento do desemprego tecnológico, até porque os lucros gerados poderão assim ser usados para criar novos empregos.

Alem do mais, essas mesmas pessoas alegam que a expansão do comércio global faria com que a acirrada competição entre nações por novos mercados para as suas exportações não tivesse como resultado uma “soma zero”. Em outras palavras, o aumento da riqueza global faria com que as riquezas acumuladas em cada país com a expansão do comércio mundial fosse maior a cada ano, de modo que todos ganhariam.

É aí que está o problema de fato, uma vez que o que se observa é o seguinte:

- As empresas têm se valido das novas tecnologias para transferir empregos de seus países para outros, onde a mão-de-obra é mais barata, como é o caso da China e da Índia..
- As riquezas obtidas através da expansão do comércio internacional são cada vez mais investidas em tecnologias de ponta, substitutivas de mão-de-obra em seus próprios países.
- Os governos nacionais, “colonizados pelas grandes corporações transnacionais” e reféns dos princípios do neoliberalismo, estão cada vez mais impotentes para influir sobre qualquer decisão importante que envolva a economia global.

Ora, uma das condições absolutamente necessárias ao aumento da demanda é o aumento da renda das populações. Mas o quesito básico para a inserção de qualquer país pobre na economia global acaba sendo o de sua população permanecer pobre. Se os salários e benefícios aumentarem, o país deixa de ser competitivo e sua população volta imediatamente a amargar a exclusão dos processos de produção de bens e serviços.

Para os países centrais sobra a opção de transferir seus cidadãos de empregos com altos salários e benefícios para empregos terceirizados, temporários, de meio período, por projeto ou empregados “just-in-time”. Em todos os casos há redução de salários e/ou benefícios. Fica, então, a questão: se a renda nos países mais ricos deve cair e nos países pobres deve se manter baixa, de onde virá o aumento da demanda por bens e serviços? Apenas o consumo de luxo será capaz de promovê-la?

Por outro lado, toda a pressão política que vem sendo feita tanto em países centrais como naqueles que integram a periferia do capitalismo, é no sentido de uma menor interferência do estado na economia. “*Quanto menos governo melhor*”, dizem os neoliberais. Por toda a parte se fala em desregulamentação, em flexibilização das leis trabalhistas, etc. São os trabalhadores cada vez mais sendo empurrados de volta para o século XIX e ao “capitalismo selvagem” daqueles

tempos, só que agora com os computadores. É o que na Geografia denomina-se “*modernização conservadora*”.